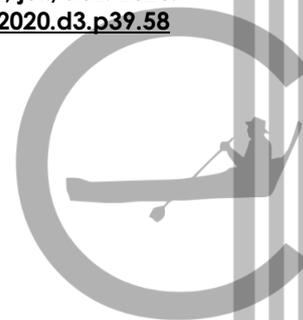


SENTIDOS COLONIZADOS: A ZONA SUL DE PORTO VELHO NA REDEMOCRATIZAÇÃO NACIONAL

COLONIZED MEANINGS: THE SOUTHERN ZONE OF PORTO VELHO IN NATIONAL REDEMOCRATIZATION



Aleandro Gonçalves Leite¹

Resumo

A presente análise se propõe a compreender a formação da periferia de Porto Velho, a partir dos sentidos produzidos discursivamente pela imprensa, e sua relação com a reabertura política nacional em meados da década de 1980. Para tal, a análise se deu sobre os discursos veiculados na forma de notícias, colunas de opinião, editoriais e anúncios comerciais no jornal Alto Madeira, principal periódico em circulação na época. Partindo da perspectiva da Análise de Discurso, os mecanismos de enunciação que pretendiam, na imprensa, referenciar os acontecimentos do processo de expansão urbana da capital rondoniense, constituem-se como elementos formativos daquilo que se passaria a entender como Zona Sul de Porto Velho, bem como dos sentidos fixados pela redemocratização.

Palavras-chave: Discurso; imprensa; Porto Velho.

Abstract

The present analysis proposes to understand the formation of the periphery of Porto Velho, from the meanings produced discursively by the press, and its relationship with the national political reopening in the mid-1980s. For this, the analysis took place on the speeches broadcast in the form of news, opinion columns, editorials and commercial served in the newspaper Alto Madeira, the main periodical in circulation at the time. From the perspective of Discourse Analysis, the enunciation mechanisms that were intended, in the press, to reference the events of the urban expansion process of the capital of Rondônia, are constitutive elements of what would be understood as the South Zone of Porto Velho, as well as the meanings fixed by redemocratization.

Keywords: Speeches; press; Porto Velho.

¹ Mestre em História e Estudos Culturais- UNIR

Introdução

O processo de formação da periferia portovelhense esteve, em todo o seu curso, amplamente noticiado nos jornais locais, que exerceram uma importante pressão no cerne das disputas políticas que estavam também em jogo nas disputas territoriais. A palavra “invasão”², por exemplo, se tornou, principalmente no jornal *Alto Madeira*, uma recorrente chamada para se referir à expansão urbana pela qual passava Porto Velho.

As práticas da linguagem e os usos do veículo jornalístico para retratar esse processo promoveram, das mais variadas formas, uma ampla discussão – entre os próprios jornalistas, representantes do poder público e a população – quanto ao uso e ocupação do solo urbano. Por meio dessa discussão presente nos jornais, principalmente nas vezes em que a mesma aparecia sob a forma de notícia, propaganda ou editorial, é que se pretende compreender a mobilidade e a produção de significados para a formação periférica que acompanharam a redemocratização política. Nesse caso, o jornal *Alto Madeira* – jornal de maior circulação e influência do período – constitui a maior parcela do *corpus* desse trabalho, pois agiu como elemento conjunto a esse processo formativo, capitalizando negócios fundiários e silenciando sentidos negociados.

Segundo Paola Conceição Foroni, o grupo Tourinho (formado por uma família de ex-seringalistas) havia adquirido, junto aos Diários Associados Assis Chateaubriand, os direitos sobre o jornal *Alto Madeira* na aurora da década de 1980. Completando, com o periódico, a sua trinca protagonista de investimentos formais em Porto Velho, que já contava com empreendimentos imobiliários e com a gestão de seguros.³ Três investimentos que tornariam o jornal o principal veículo do projeto de capitalização fundiária na cidade.

O início da formação da atual zona sul da capital do estado de Rondônia, possibilitou uma construção discursiva que agremiava as demandas habitacionais em duas

² Ao longo dessa análise, a palavra “invasão” poderá ser encontrada de forma recorrente para se referir a movimentos diversos de ocupação urbana nos momentos em que a demanda por moradia e a grande quantidade de espaços ociosos se encontraram. Esse é apenas um dos muitos sentidos “cristalizados” pelo jornal para a referência cotidiana desses movimentos. Apesar de julgar que o termo “ocupação” seria, conceitualmente, o mais adequado para se referir a esse tipo de processo, não é o objetivo desse trabalho a disputa por essa adequação com o jornal, mas sim a compreensão do efeito de sentido provocado por esse e outros termos referenciais. Sendo assim, a utilização, ao longo da análise, de termos como “invasão”, “ocupações irregulares”, “caos social” ou “indústria da invasão” devem ser tomados não como uma incorporação do esforço depreciativo do jornal para se referir aos movimentos de ocupação urbana, mas como uma tentativa de reproduzir o passo-a-passo da construção discursiva do *Alto Madeira* para a periferia de Porto Velho.

³ FORONI, Paola Conceição. *Jorge Teixeira, o primeiro governador do Estado de Rondônia: imprensa e cordialidade (1979-1982)*. Dissertação de mestrado, História e Estudos Culturais, NCH, Universidade Federal de Rondônia, 2014.



esferas de atuação: de um lado, os poderes constituídos lideravam as ações de crescimento urbano racional, fazendo parcerias com o BNH, elaborando estratégias com a recém-criada Companhia Habitacional de Rondônia (COHAB) e, principalmente, com a iniciativa privada; por outro lado, liderados pelo que o jornal chamava de “baderneiros aproveitadores”⁴, a grande massa de desabrigados buscava soluções mais imediatas para suas demandas, invadindo propriedades privadas e pressionando a prefeitura para reconhecer a posse legítima dessas áreas.

Como sustentação conceitual, compreende-se por formação social o espaço em que se constroem os lugares empíricos/institucionais que determinam as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro. “Assim, a imagem do jornalista, por exemplo, já está determinada pelo lugar empírico a ele atribuído por uma determinada formação social”.⁵ Compreende-se, dessa forma, que as notícias, as colunas de opinião, os editoriais e até mesmo os “classificados”, veiculados pelo jornal *Alto Madeira*, estavam: condicionados a uma dada formação social, realizados por um dispositivo ideológico e materializados nas formações discursivas, da qual eram sujeitos.

Dentre os elementos que convergem para a compreensão do discurso jornalístico, está, ainda, o caráter seriado do fluxo de significação e ressignificação das suas formas de construção discursiva. Estes seriam alternados com intervalos de instabilidade interpretativa, algo que o filósofo Michel Pêcheux chamou de “pontos de deriva”⁶, que seriam justamente os pontos de descrição serial. No ponto de inflexão dos sentidos (na sucessão dos elementos sintático-lexicais que os determina) repousa a oferta de lugar à interpretação.

O trabalho ao qual se propõe a Análise de Discurso se dá nesse espaço, onde os elos instáveis entre a assimilação e a construção de um determinado sentido possibilitam que os “momentos de interpretação” demonstrem seus efeitos de identificação. Os objetos seriados que constituem uma determinada formação discursiva deslocam a busca do analista de discurso por um fazer sentido historicamente construído, em que os gestos de interpretação fazem o preenchimento “subjetivo” de validação do senso de objetividade das evidências. Esse “momento interpretativo” dos enunciados aponta para

⁴ BIBLIOTECA NACIONAL, Indústria de invasão. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 02, 10 de mai. de 1984.

⁵ GRIGOLETTO, Evandra. Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito. In: *A Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Clara Luz, 2007, p. 04.

⁶ PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Orlandi Puccinelli. Campinas, SP: Pontes, 1990, p. 53.



a polissemia dos nexos linguísticos, em que ocorre a possibilidade de uma determinada sentença “é preto!” se sustentar pelo simples fato de não ser branco. E nesse caso, são sentidos dispostos pela ausência de outros, que não foram eleitos para a sustentação dos pontos de deriva entre uma série e outra, constituindo, por meio de palavras, imagens ou narrativas, uma pluralidade contraditória e turva de filiações históricas.

Sendo assim, partindo dessa perspectiva, as questões levantadas nessa breve reflexão buscam a compreensão discursiva sobre a periferia de Porto Velho nos moldes enunciativos e nos arquétipos performáticos elaborados pelo jornal para a narrativa seriada desse processo. O recorte temporal (1984-1987) situa-se justamente pela mobilidade simultânea que adquiriram alguns sentidos canalizados pela(s) novidade(s) do advento democrático. Ou seja, confluíam, nesse período, as heranças e marcas dos governos militares junto às novas disposições do processo de reabertura democrática, tornando vizinhos sentidos e moradores até então separados.

A colonização do sentido social

Em novembro de 1984, o “Conjunto Floresta” (ou “Cohab Floresta”, como passou a ser chamado nos anos posteriores), em sua primeira fase, contava com 494 residências populares, que haviam sido sorteadas em um grande evento público no estádio Aluizio Ferreira.

No auge de seu funcionamento em 1984, houve a inauguração da 1ª (primeira) etapa de casas predominantemente para classe social menos favorecida, isto é, nessa primeira etapa, a Cohab, sob direção de Waldison Cruz, fez questão que todas as casas fossem sorteadas publicamente, inaugurando uma nova era no sistema habitação no estado, com habitações com 37,10m² de área construída, distribuídos em 01 sala de estar/jantar, 02 dormitórios, 01 banheiro social e 01 cozinha e, lotes vazios que permitiriam ampliação futura dessas casas.⁷

O fator determinante na construção do Conjunto Floresta está em sua localização. Apenas a atual rua Anari⁸ o separava das áreas que há meses estavam em litígio no Jardim Eldorado. Além disso, é importante lembrar que, avançando um pouco mais além do conjunto, estavam os bairros Irã-Iraque, Caladinho e Malvinas, todos resultantes de invasões e que continuavam a aumentar em extensão e volume. Com isso, o Conjunto

⁷ ANDRADE, Roberto Carlos Oliveira de. *O uso e ocupação do solo urbano: uma análise sobre o bairro Cohab*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012, pp. 8-9.

⁸ FAU/USP - FUPAM. *Plano Diretor*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 2008.



Floresta estava sendo instalado bem no meio de uma grande zona de conflitos fundiários, com o fim de amenizar o déficit habitacional e retomar a tentativa de urbanização capitalizada.

Na compreensão dos sentidos que agiram nesse processo formativo, não se pode ignorar que esse destino (endereço) dado ao novo conjunto constitui-se como um movimento de defesa do valor de mercado do solo urbano em Porto Velho. O empreendimento, financiado com recursos do BNH, foi construído a aproximadamente 12 quilômetros do centro da cidade e narrado como a grande solução para os problemas habitacionais da população.

No relatório, Waldison Cruz ressalta o acerto do ex-governador Jorge Teixeira em criar a companhia, que, inicialmente, substituiu a falida Codaron na administração dos diversos conjuntos no interior do Estado. Logo após, a Cohab iniciou a projeção de construção de residências, beneficiando principalmente Porto Velho, por ser a capital e ter o maior déficit do Estado neste setor, em decorrência de concentrar o maior número de migrantes. (...) Mais recentemente, a companhia entregou 494 casas à população portovelhense em sorteio público realizado no Estádio Aluízio Ferreira.⁹

Tendo representado um salto para a segurança e amenização do déficit habitacional, a construção do Conjunto Floresta também estabelecia, no discurso do jornal *Alto Madeira*, uma distorção imagética nos parâmetros de comparação entre as invasões e os usos capitalizados do solo urbano. Não apenas pela distopia estrutural, sanitária e visual, que indubitavelmente agia na distorção enunciativa sobre os dois espaços. Mas o principal elemento, forjado na duplicação antagônica do modelo habitacional para a zona sul da cidade, era o “fator social”, que distinguiria os visíveis benefícios de um projeto habitacional regular dos desastres oriundos das invasões.

Essa distopia discursiva agregava, principalmente, os elementos visuais que eram evocados pelo texto narrativo próprio às notícias sobre cada um desses espaços. Os vizinhos, Jardim Eldorado e Conjunto Floresta, eram narrados como um microcosmos de todo o processo que envolvia o uso e ocupação do solo urbano de Porto Velho. Com isso, para a segunda metade da década, se tornaram os moldes enunciativos para o “gênero” de ocupação urbana que ambos representavam.

O fator primário de distinção era determinado pela “baixa renda”. As pessoas que participavam das invasões, nesse período, majoritariamente não possuíam nem mesmo

⁹ BIBLIOTECA NACIONAL, Relatório mostra a situação da COHAB. Jornal *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 03, 13 de jun. de 1985.



uma “baixa renda”, e a parcela daqueles que possuíam, também era eliminada por não conseguir comprovar, uma vez que os trabalhos informais incorporavam a maior parte dessa mão de obra flutuante de baixo custo.¹⁰ “É que a Cohab, que constrói casas em que cabe mal um casal para família de baixa renda e cobra preços que ninguém tem condições de pagar”.¹¹ A declaração, dada ao jornal *Alto Madeira*, feita por um dos participantes de uma nova etapa de invasões no Jardim Eldorado em 1985, acusava a Cohab de ser “o único responsável pelas invasões e problemas sociais consequentes”.

O sentido de “social”, replicado como motor do compromisso do poder público com o financiamento de projetos habitacionais como o Conjunto Floresta e o Marechal Rondon, sofreu um deslocamento em sua função discursiva, possibilitando-se também aos empreendimentos da iniciativa privada. Em fevereiro de 1985, em pleno calor do mercado imobiliário, a notícia de um novo conjunto habitacional (chamado “4 de janeiro”) reafirmava esse compromisso do empresariado, e, em segundo plano, reagrupava os membros do Partido Democrático Social (PDS) na linha de frente dos projetos de capitalização territorial.

Porto Velho acaba de ser contemplada com mais 258 habitações populares, a partir da inauguração de mais uma etapa do projeto idealizado pela EGO, Empresa de Obras, no Conjunto 4 de Janeiro. Com isso, ameniza-se mais um pouco o cruciante problema habitacional que Porto Velho hoje enfrenta. Na verdade, com mais estas unidades entregues aos novos mutuários, o evento perde substancialmente seus contornos puramente empresariais e assume características de benefícios sociais à comunidade. O empresário Chagas Neto, diretor da EGO, destacou na oportunidade que “estamos cumprindo apenas mais uma etapa de trabalho. Até maio iremos entregar mais 336 unidades habitacionais e ainda em março a empresa iniciará a construção de mais 1300 casas”. Chagas Neto frisou que “é claro que somos uma empresa, mas estamos permanentemente preocupados com os benefícios sociais que o nosso trabalho pode representar para a comunidade de Porto Velho. Por isso a nossa satisfação de hoje em entregarmos essas habitações, desejando que todos sejam muito felizes a partir desse momento em que realizam o sonho da casa própria”.¹²

¹⁰ FAU/USP - FUPAM. *Plano Diretor*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 1990.

¹¹ BIBLIOTECA NACIONAL, 3 mil famílias invadem lotes no Eldorado. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 23 de mai. de 1985.

¹² BIBLIOTECA NACIONAL, Problema habitacional diminui, EGO entrega mais 258 casas. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 06, 14 de fev. de 1985.



O Conjunto 4 de Janeiro, construído próximo ao Marechal Rondon, somava-se à escalada da proteção aos investimentos imobiliários. Mas o termo chave, para a consolidação legítima do Estado como protetor do capital, está na assunção do investimento como detentor dos “benefícios sociais” em detrimento daquilo que o empresário chama de “perda” dos “contornos puramente empresariais” (Ibidem). Mesmo mantendo sua margem de lucro, a proteção policial e a garantia de financiamento da Caixa Econômica Federal aos compradores do seu produto, Chagas Neto despia o seu investimento do caráter especulativo e previamente capitalizado que revestem projetos dessa natureza. Trocando-o, dessa forma, por um perfil popular, que atendia às demandas sociais da cidade e satisfazia não apenas o seu interesse como empresário, mas ao interesse coletivo da população.

No *Alto Madeira*, a colonização do “social”, como o sentido para o qual caminhavam juntos o poder público e o mercado imobiliário, deixava rastros de notoriedade para a demarcação territorial da disputa sobre o déficit habitacional entre o Partido Democrático Social (PDS) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro PMDB, que após 1985 se inverteriam entre governo e oposição. Para a inauguração dessas 258 unidades habitacionais, estiveram presentes, segundo a reportagem, o governador Jorge Teixeira, o prefeito Sebastião Valladares, o senador Odacir Soares, o deputado Heitor Costa e outros não nominados no texto. Todos do alto escalão do PDS em Rondônia. A notícia trazia ainda o sentido social nas palavras do próprio governador, que apontava para Chagas Neto mais como um idealista do que como empresário: “Desde o início acreditei no trabalho idealizado pelo empresário Chagas Neto. E hoje vejo os resultados, especialmente na área social”. Essa aparente socialização da riqueza que envolvia esse tipo de investimento, pronunciada pelo próprio governador do estado, não poderia significar outra coisa a não ser uma parceria mútua pela plena resolução do déficit habitacional.

Essa fusão, em torno do social como sentido doméstico, denota um apagamento empenhado sobre o ciclo da própria economia capitalista que envolvia a construção desses conjuntos habitacionais. Em outro lugar além do discurso, isso sequer seria possível. No discurso, a evidência dos sentidos “apaga o seu caráter material, isto é, faz ver como transparente aquilo que se constitui pela remissão a um conjunto de formações discursivas que funcionam com uma dominante”¹³. A formação discursiva dominante,

¹³ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2001, p. 46.



que transparecia o sentido social de um empreendimento imobiliário como o 4 de janeiro, consubstanciava a capitalização fundiária como bandeira de um compromisso habitacional com a população e não com a garantia de lucro com aquela obra.

Enquanto o Conjunto 4 de Janeiro (na região ao norte da cidade) era gradativamente ocupado pelos mutuários, do outro lado da periferia em formação, naquela que estava se transformando na “zona sul” portovelhense, a COHAB preparava-se para entregar mais 494 casas no Conjunto Floresta. O social, como cor predominante nos tons das referências do *Alto Madeira* ao sucesso que representava aquele modelo de ocupação urbana no combate ao problema habitacional da cidade, era evocado pelas notícias que, de forma seriada, narravam periodicamente os passos que os contemplados deveriam dar para conseguirem entrar nas residências.

O presidente da Cohab-RO (Companhia de Habitação Popular de Rondônia), Waldilson Cruz, informou ontem que já estão sendo realizados os trabalhos de seleção e reclassificação das pessoas contempladas com a casa própria, no último sorteio da Cohab. De acordo com Waldilson Cruz, após o sorteio foi iniciado um trabalho de eliminação, que visa identificar pessoas que prestaram falsas declarações à Cohab. – Nós estamos dando um prazo de 72 horas para que os 494 ganhadores de casas no Conjunto Habitacional Floresta apresentem os documentos exigidos pela Cohab, (...). Waldilson explicou, ainda, que dentro destas 72 horas, funcionários da Cohab estarão visitando “in loco”, os ganhadores de casa própria para confirmar tais declarações. Enquanto isso, a Companhia de Habitação continua recebendo – e investigando – denúncias relativas às pessoas que tem casa ou moram em conjunto habitacional, e que tiveram seus nomes incluídos na listagem do computador.¹⁴

A força de coerção burocrática, demonstrada nas 72 horas de prazo para a entrega dos documentos, determinava aos mutuários um estado de autovigilância quanto à fidelidade e veracidade das declarações prestadas. Essas declarações faziam parte de um esquema sistemático de proteção aos imóveis da companhia, principalmente contra quem já possuísse outro lote ou casa na cidade.

Além de eliminar os possíveis aproveitadores, a prescrição sucessiva de vigilância também agregava uma espécie de investigação comunitária, em que, além da averiguação dos fiscais da companhia, a proteção aos imóveis também contava com a auto investigação dos próprios contemplados sobre os contemplados que estivessem em situação irregular nos parâmetros do contrato com a COHAB.

¹⁴ BIBLIOTECA NACIONAL, COHAB fará sorteio interno para preencher novas vagas. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 03, 19 de mar. de 1985.



É importante lembrar que, em relação ao custeio das unidades habitacionais, a COHAB, em sua natureza econômica, funcionava como uma sociedade de economia mista. Sendo o governo do estado de Rondônia o detentor de 99,75% do capital empreendido, cabia-lhe a plena administração sobre os critérios de seleção dos mutuários, que, ao pagar as parcelas determinadas pelos agentes financeiros do BNH, se tornavam sócios da companhia com 0,25% das ações.¹⁵ O regime participativo dos futuros moradores do Conjunto Floresta garantia ao estado, acionista majoritário, o poder de gerenciamento financeiro (na prática, o cobrador legal) aos beneficiários. Podendo, por exemplo, reaver a residência e romper o contrato entre a companhia e o mutuário caso as informações prestadas pelo mesmo não fossem confirmadas pelos fiscais.

Apesar de o Conjunto Floresta, com o financiamento participativo entre a COHAB e os moradores, ter atendido às demandas de proteção ao uso e ocupação do solo urbano e de atração de investimentos do mercado imobiliário para aquela região da cidade, o sentido social havia sido colonizado pelos discursos que construía a referência das necessidades a serem atendidas por aquele novo bairro. A partir de 1989, o Conjunto Floresta passou a ser chamado simplesmente chamado de Cohab, agregando a segunda e terceira etapas de construção das moradias populares e áreas adjacentes já ocupadas de forma irregular (como uma parte dos bairros Gurgel e Risoleta Neves). A cristalização do sentido social que possuía o empreendimento inicial, ao se consolidar como a solução racional ao caos das invasões, fixou no imaginário portovelhense o Bairro Cohab como o real atendimento a uma demanda social.

Em fevereiro de 1985, para atender a demanda social, a Companhia de Habitação de Rondônia – COHAB, entregou a 1ª etapa de um conjunto de casas residenciais populares recém-construídas (491), na Zona Sul, para famílias de baixa renda, recebendo as chaves da primeira casa, Maria Carolina Holanda, das mãos do governador Jorge Teixeira. Em outras etapas foram edificadas novas casas, totalizando cerca de 2.000, consolidando, assim, a formação do bairro que recebeu o nome de COHAB, herdado da Companhia de Habitação.¹⁶

A descrição de Yêdda Borzacov aponta para o centro do processo de produção discursiva sobre o sentido que possuiria a construção do Conjunto Floresta. E reflete o

¹⁵ ANDRADE, Roberto Carlos Oliveira de. *O uso e ocupação do solo urbano: uma análise sobre o bairro Cohab*.

¹⁶ BORZACOV, Yêdda Pinheiro. *Os bairros na História de Porto Velho*. Porto Velho: Porto Madeira Gráfica & Comunicação Visual, 2016.



sucesso que a colonização do sentido social garantiu à manutenção da integridade de empreendimentos dessa natureza como um atendimento à “demanda social”.

Ou seja, o Conjunto Floresta e o Jardim Eldorado, eram vizinhos pela rua que os separava, porém, estavam segregados pelo valor atribuído a suas habitações, representando, em uma escala menor, o fluxo dos sentidos e dos espaços que estavam em disputa na década de 1980. O social, sentido que protagonizou essa disputa, direcionava as demandas, por um lado, e evocava os problemas, por outro. A formação daquilo que viria a ser chamada de Zona Sul, portanto, agregava essa distopia social que, cristalizada pela colonização dos sentidos da redemocratização, fixava no imaginário coletivo o “contraste natural” estabelecido ao longo do processo de ocupação dos bairros invadidos frente aos bairros loteados de forma regular.

O espelho dourado

Estimulados pelo governo federal como “válvula reguladora das tensões e conflitos sociais que ocorriam no espaço urbano e rural brasileiro”¹⁷, os garimpos que se estabeleceram no rio Madeira constituíram-se como alternativa imediata para a população economicamente ativa e desempregada do período. Dessa forma, as condições e os conflitos estruturais implícitos à vida das muitas famílias que estavam em processo migratório, foram redistribuídos para as relações de *semi-urbanidade* e prospecção das frentes de mineração fluvial.

Em exploração regular desde 1979, quando chegaram os primeiros equipamentos mecânicos de mineração, a região conhecida como Alto Madeira se transformaria, ao longo da década de 1980, em uma plataforma intermediária para os conflitos em Porto Velho.¹⁸ Pois, além de estabelecer um horizonte fixo no alcance refletido pelo ouro, concretizava o amálgama a ser replicado na transformação dos espaços em ocupação no entorno da cidade. Como uma espécie de espelho, em cujo reflexo se mirava determinados efeitos em detrimento da rejeição de outros.

O movimento causado pelos garimpos acompanhava o crescimento urbano que havia redimensionado os sentidos da cidade. Em uma relação que não se restringia ao

¹⁷ LINHARES, Joiada Moreira; RODRIGUES, Wanderley Bastos; MARTA, José Manoel. Exploração aurífera artesanal e a migração de garimpeiros para o território rondoniense. *Fronteiras*. Dourados: UFGD, 2017, v. 19, p. 49.

¹⁸ Companhia de pesquisa em recursos minerais. *Projeto estudo de garimpos brasileiros: reserva garimpeira do Rio Madeira*. Relatório anual nº 1486. Porto Velho: CPRM, 1983.



fluxo demográfico, os emblemas que eram fixados nos “garimpeiros” se transformaram em referências demonizadas a se replicarem nos ambientes visualmente análogos que iam se multiplicando nas adjacências do núcleo urbano e, principalmente, pelo trânsito dos desvios de conduta com os quais passaram a conviver os portovelhenses.

Esses ambientes replicados eram justamente os que faziam o contraste e a vizinhança ao Conjunto Floresta (COHAB). Estendiam-se, pelo fluxo que partia do Caladinho e Jardim Eldorado em direção ao centro, as marcas do empobrecimento causado pela exploração nos garimpos e dos subempregos na cidade, que até 1984 já havia se estabelecido alternadamente entre o período chuvoso (baixo rendimento nos garimpos) e a estiagem. Até então, entre os meses de junho e novembro, as frentes de mineração concentravam a maior parcela da força de trabalho ativa em Porto Velho, direta ou indiretamente envolvida na busca pelo ouro.¹⁹

O alto custo de vida, provocado pela circulação quase equiparada de gramas de ouro e centenas de cruzados, acirrava a concorrência para sobreviver aos meses de baixa nas áreas de mineração. Por isso, a maioria dos trabalhadores se via obrigada a estacionar os equipamentos e esperar a passagem do período chuvoso na cidade. A convivência sazonal dos autores de “um submundo nefasto e impudico”, tal como era noticiado pelo jornal, tornou a relação entre o centro e a formação das suas periferias uma teia de desencontros, narrados como terror intencional e capitular, construídos em imagens de “medo ao redor”, cuja tormenta seria marcada por enfrentamentos noturnos.

Com o fim do período de garimpagem, Porto Velho volta a viver o clima de medo, tendo em vista que é justamente nesta época que acontece o maior número de arrombamentos e assaltos. Neste último fim de semana a onda de roubos atingiu índices jamais vistos na Capital, fazendo dezenas de vítimas, inclusive o delegado de Repressão a Entorpecentes. Ele teve sua residência visitada pelos “amigos do alheio” que levaram cerca de 300 mil cruzados em eletrodomésticos e joias.²⁰

O recorde de roubos, anunciado pelo jornal, havia sido construído em sete anos de convivência periódica do cotidiano de Porto Velho com o fluxo provocado pelos garimpos. Nesses anos, a banditização do garimpeiro já havia passado por diferentes etapas até que estivessem ocupando o papel de arrombadores e assaltantes. O ponto de

¹⁹ Companhia de pesquisa em recursos minerais. *Projeto estudo de garimpos brasileiros: reserva garimpeira do Rio Madeira*. Relatório anual nº 1486. Porto Velho: CPRM, 1983.

²⁰ BIBLIOTECA NACIONAL, Arrombamentos atingem índices nunca vistos antes em Porto Velho. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 10 de fev. de 1987.



partida, porém, requerido pelos jornais para que esta se tornasse a narrativa lógica do funcionamento dos garimpos em relação à cidade, não se encontrava na função social espúria que montaram para esse tipo de trabalhador, tampouco na promiscuidade que significaria a sua convivência com o sexo oposto, mas sim na ameaça de transformação da vida em Porto Velho numa extensão da vida nas *currutelas*²¹.

O compromisso noticiário no combate a essa ameaça, tendo em vista a participação de membros do grupo Tourinho em ativos, diretos ou indiretos, tanto na imprensa, quanto na mineração e no mercado imobiliário, não haveria de ser menos engajado do que efetivamente se mostrou no jornal *Alto Madeira*. Na construção dos arquétipos enunciativos, pulverizados diariamente nas notícias populares, que resultaram desse engajamento, construíram-se os sentidos que pretendiam fixar por meio do crescimento racional e capitalizado da cidade.

As invasões, em contrapartida, já haviam demonstrado de forma consistente que esse crescimento não ocorreria sem que houvesse o conflito e, principalmente, que a convivência com os trabalhadores do garimpo seria inevitável. Dessa forma, os poderes constituídos passaram a atuar em função do maior afastamento possível das erupções de ocupação popular que, ao longo da década de 1980, disputaram pelo entorno do quadrilátero central que limitava a zona urbana de Porto Velho.

Até que chegassem, em 1987, a “assaltantes e arrombadores”, os garimpeiros, fora dos seus postos de trabalho, já haviam sido narrados como sempre embriagados.²², anarquistas aproveitadores, invasores e subversivos.²³ O percurso narrativo dessa relação (garimpeiros/submundo periférico), da formação da Zona Sul até a consolidação dos bairros que comporiam a Zona Leste, deixou um rastro peculiar nas vezes em que a imprensa se encontrou com algum desses trabalhadores para narrar sua vida na cidade. Em sua grande maioria, esses encontros só ocorriam à noite, acompanhando o

²¹ Segundo Letícia da Luz Tedesco (2015), um típico garimpo fluvial era constituído por duas zonas distintas, os *baixões* e as *currutelas*. “Um garimpo é normalmente formado por uma *currutela* e vários *baixões* que ligam-se àquela numa relação de produção (*baixões*) e reprodução (*currutela*)”. TEDESCO, Letícia da Luz. *No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica*. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de pós-graduação em Antropologia Social (UFRGS), Amsterdam, 2015, p. 138.

²² BIBLIOTECA NACIONAL, Novas invasões de áreas urbanas, pistoleiros armados amedrontam a polícia. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 30 de jun. de 1984.

²³ BIBLIOTECA NACIONAL, Ação subversiva. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 02, 22 de mai. de 1984.



apagamento diurno da memória coletiva, enquanto policiais e fotógrafos caçavam nos arredores do centro as notícias do dia seguinte.²⁴

Em uma posição intermediária entre o centro e a Zona Sul, o bairro do Roque, aos poucos, se transformava na principal área de diversões noturnas da cidade, com bares muito bem frequentados e boates improvisadas por onde se encaminhavam diferentes consumidores. Conseqüentemente, não demorou muito para este se tornasse também o principal ponto de caça policial, às “putas de verão”, e aos homens com algum dente de ouro ou em alguma circunstância desviante da moralidade vigente.

Putas de verão são as pobres mulheres usadas por uma minoria especializada no ramo do baixo meretrício que, à época do garimpo, alugam casas em pontos não comerciais e familiares de nossa capital e funcionam sob o título jurídico de “Boite”. São na verdade, cabarés avulsos e temporários para que aquelas pobres mulheres vendam o que não deviam e recebam com o que nunca pagam pelo que vendem. A polícia, ao arrepio da lei, da consciência e do testemunho de vizinhos são simples e diários frequentadores. Talvez um poucos exigentes ou pobres como clientes pois, via de regra, costumam ter o ar de Cezar e o soldo de Judas. Não sou radical contra tal situação. Antes, não sei de quem ter mais compaixão, se das putas de verão, dos garimpeiros mal educados e por isto carentes, da polícia conivente ou da omissa ou enganada administração. Só sei que, quando a lei não é cumprida em um de seus artigos, todos os demais itens estão sujeitos ao desrespeito. O Roque, zona boêmia “oficial” da capital foi construída no final da cidade, ontem. Hoje está exatamente no centro. Isso não dignifica nossa cidade nem tais usuários. Porque então não se tomar providências para corrigir tal distorção?²⁵

Em uma breve crônica de contracapa, Cleomar Eustáquio havia, com riqueza de detalhes, constatado que a vida noturna dos garimpos tinha se estabelecido em Porto Velho de forma definitiva. Os cabarés do bairro do Roque, segundo o colunista, conseguiam agregar frequentadores que, durante o dia, poderiam facilmente ser vistos em mútuo enfrentamento. A presença da polícia “ao arrepio da lei”, das “putas de verão” e dos garimpeiros “mal educados”, fazia com que se cruzassem caminhos que não estavam programados para confluir de forma tão amistosa na cidade.

A distorção para qual o colunista cobrava providências, porém, não se configurava por esse descaminho de confluências. Mas sim pelo deslocamento espacial que havia sofrido a “zona boêmia ‘oficial’” da cidade, do seu final para, em outubro de 1985, estar

²⁴ BIBLIOTECA NACIONAL, Polícia prende 44 pessoas no primeiro “Arrastão” do ano. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 01, 20 de jan. de 1986.

²⁵ BIBLIOTECA NACIONAL, Os cabarés da cidade. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 02, 21 de out. de 1985.



já exatamente no centro. Mas não havia sido o bairro do Roque o deslocado. A cidade, como um todo, estava em um rápido processo de reordenamento territorial, e este novo “bairro” havia surgido como entreposto noturno de retorno do centro aos bairros que ficavam do outro lado da rodovia.

Aquilo que no ano anterior era apenas um grande matagal para a desova de cadáveres²⁶, por exemplo, já havia se tornado um grande conglomerado de moradias populares e comércios improvisados; em 1985, moradores do Floresta, Nova Floresta, Jardim Eldorado e Caladinho estavam na rota de encontro ao Roque, tanto pela situação espacial quanto pela farta disposição das diversões noturnas. Ou seja, o acelerado processo de ocupação que, do outro lado da BR 364, formava a Zona Sul da cidade, também fazia com que o Roque estivesse cada vez mais centralizado no percurso entre esses bairros recém estabelecidos e o centro comercial de Porto Velho.

Além da centralidade espacial desse percurso, o Roque também havia centralizado as buscas policiais, configurando-o como uma espécie de ponto limite para os elementos que haviam sido empurrados para fora do quadrilátero central de Porto Velho. Quase sempre banhados a ouro (pelo menos nominalmente), esses elementos foram construídos em imagens seriadas de ações que inspiravam o “medo ao redor”, em tempos ainda de matagal, antes que o loteamento Jardim Eldorado fosse invadido.

O diretor-geral das Delegacias Especializadas, Dario Xavier, garantiu na manhã de ontem, que até o final deste mês será descoberta a identidade do homem que foi encontrado morto dentro de um matagal no Jardim Eldorado. O crime, segundo a polícia, teria sido cometido por um elemento, que usou um revólver e disparou no pescoço da vítima, e em seguida jogou o corpo no matagal. O delegado falou que a investigação deste crime está sendo feita com bastante sigilo pela Delegacia de Homicídios, “que até enviou uma equipe de policiais para os garimpos, onde provavelmente pode haver alguma pista do assassino. Quanto ao nome da vítima, o Instituto de Identificação de Rondônia não possui qualquer registro dele, e o Instituto Nacional só tem a ficha de elementos que já tiveram passagem na polícia”.²⁷

Mesmo sem que ao menos o nome da vítima se soubesse, o endereço do matagal onde havia sido encontrado o corpo era o suficiente para que o sentido da sua provável relação estivesse conectado aos garimpos. Como preenchimento nominal, sua situação espacial permitia ao garimpo tornar-se “onde provavelmente” poderia haver as pistas. Ou

²⁶ BIBLIOTECA NACIONAL, Polícia encontra mais um cadáver no matagal. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 06, 19 de jan. de 1984.

²⁷ BIBLIOTECA NACIONAL, Delegado quer pegar matador do Eldorado. *Jornal Alto Madeira*. Porto Velho, p. 05, 27 de jan. de 1984.



seja, justificando uma higienização social com um preciso molde antagônico de expurgo, que sequer carecia de nominação individual, a elite portovelhense patrocinou a pavimentação com ouro, sangue, cadáveres e cachaça o caminho noticiário do centro aos confins da Zona Sul.

Esse patrocínio, além de garantir o afastamento social e lucrar com a força de trabalho periódica na mineração, também conseguia tornar novamente pobre os trabalhadores que cogitaram a possibilidade de estarem ricos. Ou seja, havia uma intenção inflacionária com a permissividade cambial do ouro por produtos, serviços ou cruzados. De forma operante, essa intenção havia sido amplamente cultivada nos garimpos, cujo rendimento rapidamente se fez sentir na difusão dessa prática nos comércios da cidade.

O efeito imediato da recuperação do ouro no comércio se demonstrou na multiplicação de golpistas. A instabilidade do cruzado, somado à inflação provocada pelo uso do ouro como moeda de troca, forçava quem não conseguisse segurar o metal (ou o próprio dinheiro) durante os meses de chuva a se aventurar em pequenos golpes para sobreviver até a temporada seguinte de mineração.

Ana, Jorge e José são conhecidos frequentadores do bairro do Roque. Descalça e mostrando nas pernas marcas das inúmeras doenças contraídas na vida errante que leva. Ana tentou negar a autoria intelectual do golpe, mas, depois riu muito quando os comparsas concluíram que também tinham sido vítimas de um delinquente tão esperto quanto eles. O golpe do trio consiste em dar esbarrões nos garimpeiros já embriagados para roubarem ouro. Assim eles agiram ontem cedo quando viram José Eduardo descer de um ônibus que vinha do Jardim Eldorado. A vítima parecia perfeita pois já estava bêbada e pela estatura não deveria oferecer resistência. Depois do esbarrão, descobriram indignados que tratava-se de um ouro falso. A “vítima” por sua vez, ficou revoltada pelo fato do ataque ter sido bem sucedido e representar o “dia perdido” pois não teria material para enganar outras pessoas.²⁸

A cômica cena narrada pelo jornal *Alto Madeira* trazia a confluência de dois lados da mesma falta de moedas. O trio, anunciado como “conhecidos frequentadores do bairro do Roque”, era acusado de uma vida errante não circunstancial, mas quase que por profissão e delinquência deliberadas. Por um infeliz acaso, depararam-se, em pleno mês de fevereiro (auge do período chuvoso), com um garimpeiro que, vindo do Jardim Eldorado, também não possuía mais do que o “ouro dos tolos” para sobreviver por mais

²⁸ BIBLIOTECA NACIONAL, Vendia ouro falso e foi roubado no Roque. Jornal *Alto Madeira*. Porto Velho, p. 05, 06 de fev. de 1987.



alguns meses até a estação seguinte de garimpagem. O outro lado da falta estava no próprio jornal e nos poderes que representava, não havendo outra possibilidade a não ser caçoar da pobreza como um efeito natural do crescimento urbano, e deste, caótico, em decorrência da sua relação com os garimpos.

A concorrência, desvestida de pudor, pela sobrevivência, estimulada pela recessão econômica que empurrava a população para a miséria, era travestida pelas imagens noturnas que se fixaram nas adjacências da cidade. O que sobrava dessas imagens com o amanhecer do dia era utilizado pela imprensa, já com o filtro do plantão policial, para ilustrar as consequências de determinados desvios de conduta, já amplamente demarcados como arquétipos enunciativos construídos na distinção centro-periferia e, posteriormente, reduzidos às invasões (baderna) antagonizadas pelos loteamentos planejados (função social).

O molde, em que funcionavam essas imagens, havia sido construído na própria distribuição habitacional, fixa ou transitória, dos sujeitos periféricos. A segurança ou o perigo, reconhecidamente característicos de determinadas áreas da cidade, são correspondentes às reações provocadas por todas as entidades que se envolveram direta ou indiretamente com a disputa pela terra. Ou seja, toda a cadeia de causalidade construída na narrativa noticiária desse processo, agia cotidianamente pelo tensionamento da demanda habitacional como uma realização (tornando real) do valor e do preço que deveria ser cobrado a qualquer novo morador da cidade.

Considerações finais

A formação da periferia de Porto Velho, portanto, se deu em um fluxo de sentidos que eram determinados por formações discursivas que concebiam a realidade das disputas territoriais como uma concorrência entre os poderes e instituições constituídas contra o caos social e a anarquia que representavam os garimpos e seus respectivos moldes replicados nas invasões. Fixando, assim, as imagens sub-humanas da maior parte dos bairros periféricos da cidade como um resultado natural daquele “tipo” de ocupação urbana, e silenciando a segregação social que agia em sincronia com a especulação imobiliária na cidade.

Com o advento da redemocratização, o sentido social foi gradativamente colonizado pelos projetos habitacionais ordenados. A distopia visual, circunstancial e socioeconômica alcançou o seu auge entre as áreas oriundas de invasões (Jardim Eldorado) e os “conjuntos” (Floresta e 4 de Janeiro) que se avizinharam às zonas de maior



tensão. Forçando, assim, o poder público a expurgar as indesejadas estruturas informais e moradores incivilizados que compunham o molde das invasões para o mais longe possível.

O social, portanto, operava como proteção ao potencial econômico dos empreendimentos que atravessariam a alternância política. Esse havia sido o escudo assumido pela chamada “Nova República”, revestindo politicamente de interesse social a sua prática discursiva eximia seu compromisso econômico com as heranças dos governos militares. Apesar de os destacados problemas sociais serem diretamente correspondentes à política econômica adotada na década de 1970, não seria por medidas econômicas consistentes que ocorreriam as tentativas de corrigir o social da década seguinte, como apontava um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase):

A Nova República assumiu o social em seu discurso, mas não o assumiu em sua prática, e nisso continuou tão velha como antes. Nasceu tendo como líder e símbolo um velho político brasileiro acostumado, desde os tempos de Getúlio, a entender que o social faz parte da política, mesmo que não o faça da economia. (...) Na Nova República o social assume um lugar de destaque no discurso do Estado, vira propaganda de governo, mas sofre de uma paralisia peculiar: não consegue sair do discurso, a não ser como farsa.²⁹

Ainda em 1987, as pesquisas coordenadas por Herbert de Souza indicavam o social como mecanismo de contenção entre a continuidade e o início de uma nova pobreza, replicando na face inversa da abertura política a novidade republicana que lhe acompanhava. A redemocratização se tornou possível pela pressão social. As pautas dos movimentos que a reivindicavam traduziam a disposição pela cidadania e a participação social na nova política econômica. Porém, a atuação dos agentes que conduziram esse processo apenas fortaleceu discursivamente o mecanismo pelo qual não seriam atendidas suas necessárias correções.

Na construção discursiva, como um processo complexo de reprodução/transformação da memória do dizer, inscrita em uma determinada formação ideológica, realizada no próprio dizer como o sentido que o torna possível, compreende-se que o uso do “social”, do “novo”, bem como do “democrático” não reserva apenas o

²⁹ SOUZA, Herbert de. A Nova República e as políticas sociais. *Revista administração pública*. Rio de Janeiro: FGV, 1987, v. 04, pp. 24-30.



conteúdo do dizer, mas sim a própria ação evocada pelo que se diz, ou, como afirma Eni Orlandi, “ao dizer isto, o que estão fazendo”.³⁰

Tendo o jornal *Alto Madeira* acompanhado e, com seu dispositivo ideológico de interpretação, narrado a elaboração e a promulgação da “Nova República”, a cada nova invasão o discurso de legitimação das ações de reintegração de posse retomava o mecanismo de reconhecimento republicano fixado na legislação vigente. Dessa forma, o jornal havia se tornado o gabinete discursivo da especulação imobiliária, especialmente na redemocratização, demarcando seu compromisso social com o cumprimento da ordem e legitimando as ações ostensivas da força policial contra os invasores. Criava-se, assim, um ciclo narrativo para as áreas invadidas, que anunciava as figuras de repressão como cumpridoras da lei, e replicava, nos movimentos que resistiam à força policial, o banditismo como perfil genérico a ser afastado do sentido social que pretendiam atravessar democracia adentro.

Data de submissão: 17/06/2020

Data de aceite: 21/10/2020

³⁰ ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Terra à Vista - discurso do confronto: velho e novo mundo*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2º Ed. 2008, p. 124.



Referências Bibliográficas

ANDRADE, Roberto Carlos Oliveira de. **O uso e ocupação do solo urbano: uma análise sobre o bairro Cohab**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2012.

BIBLIOTECA NACIONAL. **3 mil famílias invadem lotes no Eldorado**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 01, 23 de mai. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Ação subversiva**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 02, 22 de mai. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Arrombamentos atingem índices nunca vistos antes em Porto Velho**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 01, 10 de fev. de 1987.

BIBLIOTECA NACIONAL. **COHAB fará sorteio interno para preencher novas vagas**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 03, 19 de mar. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Delegado quer pegar matador do Eldorado**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 05, 27 de jan. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Indústria de invasão**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 02, 10 de mai. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Novas invasões de áreas urbanas, pistoleiros armados amedrontam a polícia**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 01, 30 de jun. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Os cabarés da cidade**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 02, 21 de out. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Polícia encontra mais um cadáver no matagal**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 06, 19 de jan. de 1984.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Polícia prende 44 pessoas no primeiro “Arrastão” do ano**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 01, 20 de jan. de 1986.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Problema habitacional diminui, EGO entrega mais 258 casas**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 06, 14 de fev. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Relatório mostra a situação da COHAB**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 03, 13 de jun. de 1985.

BIBLIOTECA NACIONAL. **Vendia ouro falso e foi roubado no Roque**. Jornal Alto Madeira. Porto Velho, p. 05, 06 de fev. de 1987.

BORZACOV, Yêdda Pinheiro. **Os bairros na História de Porto Velho**. Porto Velho: Porto Madeira Gráfica & Comunicação Visual, 2016.

COMPANHIA DE PESQUISA EM RECURSOS MINERAIS. **Projeto estudo de garimpos brasileiros: reserva garimpeira do Rio Madeira**. Relatório anual nº 1486. Porto Velho: CPRM, 1983.



FAU/USP - FUPAM. **Plano Diretor**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 2008.

FAU/USP - FUPAM. **Plano Diretor**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Fundação para Pesquisa Ambiental. Porto Velho. 1990.

FORONI, Paola Conceição. **Jorge Teixeira, o primeiro governador do Estado de Rondônia: imprensa e cordialidade (1979-1982)**. Dissertação de mestrado, História e Estudos Culturais, NCH, Universidade Federal de Rondônia, 2014.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito**. In: A Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007, p. 04.

LINHARES, Joiada Moreira; RODRIGUES, Wanderley Bastos; MARTA, José Manoel. **Exploração aurífera artesanal e a migração de garimpeiros para o território rondoniense. Fronteiras**. Dourados: UFGD, 2017, v. 19.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Terra à Vista - discurso do confronto: velho e novo mundo**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2º Ed. 2008.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. Eni Orlandi Puccinelli. Campinas, SP: Pontes, 1990.

SOUZA, Herbert de. A Nova República e as políticas sociais. **Revista administração pública**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

TEDESCO, Letícia da Luz. **No trecho dos garimpos: Mobilidade, gênero e modos de viver na garimpagem de ouro amazônica**. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de pós-graduação em Antropologia Social (UFRGS), Amsterdam, 2015.

